



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA TRICENTÉSIMA TRIGÉSIMA PRIMEIRA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS**

Data: 29 e 30 de junho de 2022

Local: Auditório Carlyle Guerra de Macedo da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS, Lote 19, Avenida das Nações, SEM, Asa Norte, Brasília/DF e Brasília Imperial Hotel - Setor Hoteleiro Sul (SHS), quadra 3, bloco H, Asa Sul, Brasília/DF

OBJETIVOS DA 331ª REUNIÃO ORDINÁRIA:

1. Participar do lançamento da Campanha de Vacinação, promovida pelo Conselho Nacional de Saúde, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS
2. Socializar e apreciar os itens do expediente
3. Assistir, apreciar e debater sobre o tema do Radar “questões relativas à internação compulsória”
4. Apreciar, discutir e deliberar acerca das ações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, em especial sobre a suspensão definitiva do Estudo CAAE 41909121.0.00005553 (Proxalutamida)
5. Apresentar e deliberar sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental – 5ª CNSM
6. Apreciar e deliberar acerca das demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT/CNS
7. Conhecer e deliberar acerca da 17ª Conferência Nacional de Saúde – 17ª CNS
8. Apreciar, debater e deliberar sobre o julgamento do marco temporal no Superior Tribunal Federal – STF e a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – 6ª CNSI
9. Debater e deliberar sobre as demandas da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN/CNS
10. Apreciar e deliberar acerca da composição das Comissões Intersetoriais do CNS para o mandato 2022-2025
11. Conhecer os encaminhamentos do Pleno, os documentos editados *ad referendum*, as demandas das Comissões Intersetoriais, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas e deliberar a respeito

ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 330ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 331ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Coordenação e apresentação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Maria da Conceição Silva**, da Mesa Diretora do CNS

APROVAÇÃO DA ATA DA 330ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a ata da 330ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada, por maioria. Uma abstenção.

As contribuições apontadas pelo conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** já haviam sido contempladas no texto da ata.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 331ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS

Deliberação: a pauta da 331ª Reunião Ordinária do CNS foi aprovada por unanimidade.

ITEM 2 – LANÇAMENTO DA CAMPANHA DE VACINAÇÃO

Na manhã do primeiro dia de reunião, no Auditório Carlyle Guerra de Macedo da OPAS/OMS, ocorreu o lançamento da “Campanha Vacina Mais”, que visa incentivar a vacinação diante da queda nos índices de cobertura no Brasil. Trata-se de uma iniciativa do Conselho Nacional de Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS e os conselhos de Secretários de Saúde - CONASS e de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS.

ITEM 3 – EXPEDIENTE – Informes. Justificativa de ausências. Apresentação de novos (as) Conselheiros (as) Nacionais de Saúde e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Indicações. Relatório da Mesa Diretora.

Composição da mesa: conselheira **Madalena Margarida da Silva Teixeira**, da Mesa Diretora do CNS; e **Marco Aurelio Pereira**, Secretário Executivo Substituto do CNS

Informes

1) Informe enviado pelo conselheiro **Jair Brandão de Moura Filho**, Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS (RNP+ BRASIL). **a)** Relatório produzido pela sociedade civil, que monitora a implementação da Agenda 2030 no Brasil, será lançado no dia 30 de junho. A 6ª edição do Relatório Luz foi produzida por 101 especialistas de 48 organizações que integram o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. O VI Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Implementação da Agenda 2030 no Brasil será lançado no dia 30 de junho, às 14h, durante audiência pública virtual da Comissão de Meio Ambiente da Câmara de Deputados. Para participar do evento, foram convidadas autoridades dos três poderes, representantes das Nações Unidas, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, embaixadores (as) e representantes de organizações da sociedade civil. O Relatório Luz 2022 é o único documento hoje no país que acompanha o status de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e dá sequência a uma série histórica que

teve início em 2017, com apresentação de panorama geral das políticas sociais, ambientais e econômicas do Brasil, a partir de dados oficiais. Este ano será disponibilizada uma tabela comparativa, mostrando a evolução e a involução das metas analisadas. "Os dados que apresentamos com a 6ª edição do Relatório são irrefutáveis. Eles indicam não apenas um país cada vez mais longe do desenvolvimento sustentável, como um Estado brasileiro que tem desmontado políticas, programas e orçamentos que eram essenciais para a garantia de direitos, sem que os demais poderes coloquem limites ao desmantelo em curso.", pontua Alessandra Nilo, co-facilitadora do GT Agenda 2030 e coordenadora geral da ONG Gestos. A RNP+ Brasil faz parte desse GT e contribuiu no Relatório Luz no ODS 03 "Saúde e Bem-Estar".

b) No dia 30 de junho de 2022 será realizada a Assembleia de 10 anos da Rede Brasileira de Comitês de Tuberculose. O evento tem o objetivo de destacar o trabalho realizado pela Rede Brasileira durante a primeira década de existência do coletivo e estimular estados a oficializarem e/ou instituírem comitês estaduais. Na ocasião, será feita homenagem a pessoas que vêm contribuindo com o fortalecimento dessa Rede. Dentre elas, o conselheiro nacional de saúde, Jair Brandão, que também representará a sociedade civil de tuberculose em uma das mesas. O evento será híbrido e transmitido através do link: webinar.aids.gov.br.

c) Ao completar 40 anos da epidemia de Aids no mundo, o Movimento Nacional das Cidadãs Positivas (MNCP) lança a "Agenda 10 vermelha". O documento apresenta dez reivindicações voltadas à saúde das mulheres vivendo com HIV e Aids: 1. A criação de campanhas publicitárias esclarecedoras; qualificação dos profissionais das áreas da educação, da saúde e de proteção social nos temas de direitos sexuais das mulheres com HIV/AIDS; 2. A implementação do plano de feminização, assim como projetos e programas visando reduzir e/ou eliminar todas as formas de violência; 3. A disponibilização de linhas de financiamento para o MNCP trabalhar com essas mulheres, na perspectiva de fortalecimento individual e coletivo e linhas de financiamento direto para as mulheres; 4. A disponibilização e promoção de insumos de prevenção de qualidade (preservativos internos/femininos); 5. O fortalecimento das políticas e ações para as mulheres com HIV/AIDS; 6. A melhoria da qualidade da assistência com a incorporação de novos medicamentos, fortalecimento da política de redução de danos; acesso a diagnósticos; 7. A criação de campanhas para população jovem, destaque para meninas e mulheres jovens; 8. O fortalecimento do SUS, ampliação das estruturas e serviços vinculados às IST/HIV/AIDS; 9. A criação e manutenção de espaço de diálogo permanente junto ao DCCI, e outras esferas de elaboração e execução de políticas para mulheres; 10. Pesquisas e Visibilização dos dados do sistema de monitoramento clínico.

d) O Conselheiro Jair Brandão da RNP+ Brasil foi indicado pela RedLa+ - Rede Latino-americana de Pessoas Vivendo com HIV e Aids, formada por 11 países, para representá-la na Conferência Mundial de Aids 2022 que será realizada no final de julho, na cidade de Montreal – Quebec, no Canadá.

2) Informe enviado pela conselheira **Ana Carolina Navarrete**, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Em 2019 o CNS atuou pela primeira vez como Amigo da Corte no recurso especial 1733013/PR, relativo a planos de saúde, com impacto no SUS. A decisão de ouvir o Conselho foi uma sinalização clara de prestígio do CNS e abriu a possibilidade de um precedente favorável à atuação do CNS como Amigo da Corte em outros processos

judiciais. O recurso especial buscava decidir sobre a lista de procedimentos obrigatórios a serem oferecidos pelas empresas de planos de saúde aos seus usuários. O entendimento predominante hoje é que a oferta de serviços de saúde pelos planos tem como referência mínima uma lista, chamada Rol de Procedimentos, elaborada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e atualizada a cada dois anos. Essa lista, diferentemente do que acontece com a incorporação de tecnologias no SUS, é bem menos abrangente e atualizada em uma velocidade menor do que aquela com que a CONITEC analisa e incorpora procedimentos no SUS. Dessa forma, é comum que procedimentos já incorporados no SUS ainda não sejam incluídos na lista oficial da ANS. Em que pese essa contribuição do CNS, o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que apenas os procedimentos listados pela ANS, rol taxativo, devem ser cobertos pelos convênios, o que tem causado diversas negativas de atendimento aos usuários de planos privados de saúde. Desse modo, várias entidades têm realizado iniciativas para tentar reverter a decisão. Naquele dia, 29 de junho, parlamentares e representantes da sociedade civil se uniram na Câmara dos Deputados, em ato contra o rol taxativo de atendimentos que devem ser assegurados pelos planos de saúde.

3) Informe feito pela conselheira Ana Lúcia Silva Marçal Padduello, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras – SUPERANDO. a) A SUPERANDO e a Biorede Brasil registram o Dia Internacional da Conscientização sobre Esclerodermia, 29 de junho. Esclerodermia é uma doença rara, autoimune multisistêmica, de difícil diagnóstico e muitas vezes silenciosa. As entidades defendem a definição de uma política pública de tratamento para a esclerodermia. Além disso, manifestam preocupação com a atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – PCDT, feita pela CONITEC/MS, que retirou medicamentos essenciais para o tratamento dessa doença. As entidades conclamam a todos para participar da luta a fim de que nenhum paciente perca a vida por conta de oportunidade de tratamento no SUS.

b) A Biorede Brasil informa que, em junho de 2022, recebeu mais de 2.700 relatos de falta de medicamentos nas farmácias públicas de alto custo, garantidos por Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - PCDT (mais de 2000 de competência de compra centralizada pelo Ministério da Saúde). O Ministério da Saúde informou que foram disponibilizados medicamentos equivalentes a 41 dias para abastecer um trimestre, situação recorrente, que causa falta de medicamentos.

Justificativa de ausências

Justificativas enviadas previamente: **Ana Lúcia Silva Marçal Padduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Doenças Raras - SUPERANDO, segmento de usuários, motivo: rodízio de titularidade (a conselheira participou da reunião na condição de integrante da Mesa Diretora do CNS); **Francisco Runja Manoel Antonio**, Articulação dos Povos Indígenas Região Sul - ARPIN-SUL, segmento dos usuários, motivo: não informado; **Gilson Silva Força**, Força Sindical – FS, segmento de usuário, motivo: rodízio de titularidade; **José Eri Borges de Medeiros**, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, governo federal, motivo: agenda de trabalho; **Luiz Alberto Catanoso**, Sindicato Nacional dos

Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical - SINDNAPI, representante do segmento de usuários, motivo: rodízio de titularidade; **Luiz Carlos Ferreira Penha**, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, representante do segmento de usuários, motivo: agenda de trabalho; **Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes**, Ministério da Saúde, governo federal, motivo: agenda de trabalho; **Maria da Conceição Silva**, União de Negras e Negros Pela Igualdade – UNEGRO, segmento de usuários, motivo: rodízio de titularidade (a conselheira participou da reunião na condição de integrante da Mesa Diretora do CNS); **Maria Thereza Almeida Antunes**, Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD, representante do segmento de usuários, motivo: rodízio de titularidade; e **Raphael Câmara Medeiros Parente**, Ministério da Saúde – MS, Governo Federal, motivo: agenda de trabalho.

Apresentação de novos (as) Conselheiros (as) Nacionais de Saúde e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde - Novos conselheiros: II - Entidades nacionais dos profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde. 1º Suplente: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS - **Rafaela Bezerra Fernandes**, substituindo Juliana Iglesias Melim. **IV - SEGMENTO DO GOVERNO FEDERAL:** 1º Suplente: Ministério da Saúde – MS - **João Marcelo Barreto Silva**, substituindo Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo; 1º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - **Juliana Rezende Melo da Silva**, substituindo Daniela de Carvalho Ribeiro; 2º Suplente: Ministério da Saúde (MS) - **Neyde Gloria Moreira Garrido**, substituindo Andressa Bolzan Degaut. *Coordenadores de Plenária presentes à reunião:* **Clóvis da Cunha Lima Júnior**, Roraima – Norte; **Itamar Silva dos Santos**, Porto Alegre – Sul; **Jacildo de Siqueira Pinho**, Mato Grosso – Centro Oeste; e **Valdo Teodósio de Almeida**, Rio Grande do Norte – Nordeste.

Indicações

- 1) União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES convida para participar do 44º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES no debate “Vida, pão, vacina e educação”. A contrapartida dos estudantes para combater o negacionismo e a desnutrição infantil. Data: 14 de maio de 2022. Local: Brasília DF. Indicação (para referendar): conselheiro **José Ramix de Melo Pontes Júnior**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG.
- 2) O Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT convida o coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora-CISTT/CNS para a cerimônia de posse da nova diretoria triênio 2022/2025. Data: 21 de junho de 2022. Local: São Paulo. Indicação (para referendar): conselheiro **Jacildo de Siqueira Pinho**, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF.
- 3) O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST de Roraima convida o coordenador da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora-CISTT para o 7º Encontro da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador da Região Norte. Data: 9 a 12 de agosto de 2022. Local: Boa Vista-RR. *Indicação:* conselheiro **Jacildo de Siqueira Pinho**,

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF.

4) Coordenação Nacional da Plenária Nacional de Conselhos de Saúde. Indicação do segmento de gestores/prestadores de serviços (para referendar): conselheiro **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS.

5) Câmara Técnica de Acompanhamento da COVID-19 – CTAC, do CNS. *Indicações:* a) Mesa Diretora do CNS: **Ana Lúcia Marçal Paduello; Fernanda Lou Sans Magano; Fernando Zasso Pigatto; Francisca Valda da Silva; Jurandi Frutuoso; Madalena Margarida da Silva Teixeira; Maria da Conceição Silva; e Neilton Araújo de Oliveira.** b) *Segmento de usuários:* **Altamira Simões dos Santos de Sousa; André Luiz de Oliveira; Jacildo de Siqueira Pinho; José Vanilson Torres da Silva; Sarlene Moreira da Silva; Vânia Lúcia Ferreira Leite; Vitória Bernardes Ferreira; e Vitória Davi Marzola.** c) *Trabalhadores da saúde* – **Débora Raymundo Melecchi; Elaine Junger Pelaez; Ruth Cavalcanti Guilherme; e Sueli Terezinha Goi Barrios.** *Gestores/Prestadores de serviço* - **João Marcelo Barreto Silva; e Manuara Aparecida Alves de Souza.** *FIOCRUZ:* **Rivaldo Fernando.** *OPAS/OMS:* **Rodrigo Fabiano.** *ANVISA/MS:* **Jonas de Sales.**

Deliberação: as indicações foram aprovadas, em bloco. Não houve manifestações contrárias

Relatório da Mesa Diretora – Apresentação do Relatório da Mesa Diretora do CNS com as atividades realizadas em maio e junho de 2022. Para conhecimento. Não houve deliberação.

ITEM 4 – RADAR - Para além da internação compulsória: As outras formas de cuidar

Apresentação: **Daniel Paz dos Santos**, representante da Coordenação Nacional do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR; **Lúcio Costa**, diretor-executivo do Desinstitute; e conselheira **Marisa Helena Alves**, coordenadora da Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM/CNS

Coordenação: conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto, o Pleno aprovou as seguintes propostas: definir ação nacional contra o desmonte das políticas públicas de saúde mental e em favor da garantia de ações intersetoriais (moradia, segurança alimentar, trabalho, a exemplo do Projeto “Braços Abertos”, criado pela prefeitura de São Paulo); e elaborar uma formação para o controle social do SUS sobre o tema, para compreensão do significado de questões como comunidade terapêutica, internação involuntária, entre outras.

ITEM 5 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP - Suspensão definitiva do Estudo CAEE 41909121.0.00005553 (Proxalutamida)

Apresentação: conselheira **Laís Bonilha**, coordenadora da CONEP

Coordenação: conselheira **Francisca Valda da Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste ponto, o Pleno aprovou, por maioria, um voto contrário e três abstenções (uma com declaração de voto), a suspensão definitiva do estudo sobre o uso da Proxalutamida em pacientes com COVID-19, conforme posição da CONEP/CNS.

(Esse tema veio à pauta do CNS, porque o pesquisador apresentou recurso para continuidade do estudo).

ITEM 6 – 5ª CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL – 5ª CNSM

Coordenação: conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: conselheiro **José Vanilson Torres da Silva**, da comissão organizada da 5ª CNSM; e conselheira **Marisa Helena Alves**, coordenadora da 5ª CNSM

Neste ponto de pauta, foi debatida a proposta de adiamento da etapa nacional da 5ª CNSM para maio de 2023. No segundo dia de reunião, o Pleno aprovou uma minuta de resolução com essa definição.

ITEM 7 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO - CIRHRT - Pareceres de processos de autorização, reconhecimento e renovação de cursos de graduação da área da saúde

Coordenação: conselheira **Madalena Margarida da Silva Teixeira**, da Mesa Diretora do CNS

Apresentação: conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora da CIRHRT/CNS; e conselheira **Vitória Davi**, coordenadora adjunta da CIRHRT/CNS

Deliberação: neste item, o Pleno aprovou, em bloco, por unanimidade, os 35 processos elaborados pela comissão, sendo quatro satisfatórios com recomendações e 21 insatisfatórios. Também aprovou os dez processos na Modalidade Educação a Distância - EaD devolvidos ao MEC (não analisados, conforme Resolução nº 515/2016).

ITEM 8 – 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – 17ª CNS

Apresentação: **Rosana Teresa Onocko Campos**, Presidente da ABRASCO e representante da Frente pela Vida

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Maria da Conceição Silva**, da Mesa Diretora do CNS

Neste ponto, o Plenário reafirmou a importância das etapas preparatórias para a 17ª Conferência, com destaque para a Conferência Nacional Livre, Democrática e Popular de Saúde, que será realizada pela Frente pela Vida, no dia 5 de agosto de 2022.

ITEM 9 – MARCO TEMPORAL NO SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL - STF E

A 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE INDÍGENA

Apresentação: **Ernani Sousa Gomes**, diretor do Departamento de Atenção à Saúde Indígena - DASI/SESAI; **Roberto Antonio Liebgott**, representante do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; e conselheiro **Rildo Mendes**, **representante da** Articulação dos Povos Indígenas Região Sul - ARPIN-SUL

Coordenação: conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; e conselheira **Maria da Conceição Silva**, da Mesa Diretora do CNS

Neste ponto de pauta, foi feito amplo debate sobre o tema. Das discussões, emergiram as seguintes propostas: manifestar repúdio aos ataques aos povos indígenas e ao marco temporal (anexar a carta da COIAB ao documento de repúdio); resgatar os encaminhamentos da CISI/CNS sobre o marco temporal; sugerir às entidades e movimentos que compõem o CNS que incorporem a agenda de luta dos povos indígenas às suas agendas; defender o arquivamento de Projetos de Lei em tramitação que afetam os direitos dos povos indígenas, a exemplo do PL nº. 490/2007; e recomendar ao Supremo Tribunal Federal que rejeite integralmente a tese do marco temporal e se posicione a favor dos direitos dos povos indígenas, em respeito à Constituição Federal.

Devido ao avançado da hora, acordou-se que integrantes da CISI/CNS e da comissão organizada da 6ª CNSI se reuniram para debater os encaminhamentos que emergiram do debate e preparar os documentos sugeridos para serem apreciados no último ponto da pauta.

ITEM 10 – COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN - Análise preliminar do Relatório Anual de Gestão 2021

Apresentação: conselheiro **André Luiz de Oliveira**, coordenador da COFIN/CNS; e **Francisco Funcia**, consultor técnico da COFIN/CNS

Coordenação: conselheira **Francisca Valda da Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Madalena Margarida da Silva Teixeira**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: neste item, o Pleno aprovou o calendário para análise do RAG/MS/2021, a saber: 8 de julho – reunião remota da COFIN com as coordenações das comissões (as coordenações deverão analisar a proposta para análise do RAG e apresentar contribuições, se desejarem). Na oportunidade, concluir o quadro para iniciar análise do RAG; de 8 a 31 de julho – prazo para análise do RAG, pelas comissões do Conselho, utilizando a Plataforma apresentada pela COFIN/CNS; em agosto de 2022 – sistematização das sugestões ao RAG, pela COFIN/CNS; e em setembro de 2022 – apresentação, pela COFIN/CNS, da análise final do RAG 2021 ao Pleno do CNS.

ITEM 11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS, MANDATO 2022-2025

Coordenação e apresentação: conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Fernanda Lou Sans Magano**, da Mesa Diretora do CNS

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a composição das coordenações das Comissões do CNS para o triênio 2022/2025: **1) Comissão**

de Atenção Básica em Saúde – CIABS. Coordenação: Rede Lai Lai Apejo - Saúde Da População Negra E Aids. 1ª Coordenação Adjunta: SINCOPSI. 2ª Coordenação Adjunta: União de Negros e Negras pela Igualdade –UNEGRO. **2)** Alimentação e Nutrição – CIAN. Coordenação: Conselho Federal de Nutrição. Coordenação Adjunta: Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde. **3)** Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência – CIASPD. Coordenação: Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose. Coordenação Adjunta: Conselho Federal de Psicologia. **4)** Atenção à Saúde das Pessoas com Patologias – CIASPP. Coordenação: FEMAMA. 1ª Coordenação Adjunta: MORHAN. 2ª Coordenação Adjunta: RNP+. **5)** Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica – CICTAF. Coordenação: FENAFAR. 1ª Coordenação Adjunta: BIODRED BRASIL. 2ª Coordenação Adjunta: Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia. **6)** Atenção à Saúde nos Ciclos de Vida – CIASCV. Coordenação: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. 1ª Coordenação Adjunta: Pastoral da Pessoa Idosa. 2ª Coordenação Adjunta: Associação Brasileira de Alzheimer. **7)** Educação Permanente para o Controle Social do SUS – CIEPCSS. 1ª Coordenação: Associação da Rede Unida. Coordenação Adjunta: União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO. **8)** Orçamento e Financiamento – COFIN. Coordenação: Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. 1ª Coordenação Adjunta: Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM. 2ª Coordenação Adjunta: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Seguridade Social- CNTSS. **9)** Políticas de Promoção da Equidade (População Negra; LGBT; População em Situação de Rua; Campo, Floresta e Águas; Povos e Comunidades Tradicionais) – CIPPE. Coordenação: CONTAG. 1ª Coordenação Adjunta: Conselho Federal de Farmácia – CFF. 2ª Coordenação Adjunta: CANDACES. **10)** Promoção, Proteção, Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – CIPPSPICS. Coordenação: Central de Movimentos Populares - CMP. 1ª Coordenação Adjunta: UNASUS. 2ª Coordenação Adjunta: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB. **11)** Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT. Coordenação: Associação Nacional de Enfermagem – ABEN. 1ª Coordenação Adjunta: União Nacional dos Estudantes. 2ª Coordenação Adjunta: Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG. **12)** Saúde Bucal – CISB. Coordenação: Federação Interestadual de Odontologistas – FIO. Coordenação Adjunta: Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. **13)** Saúde da Mulher – CISMU. Coordenação: União Brasileira de Mulheres – UBM. Coordenação Adjunta: Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE. **14)** Saúde do Trabalhador e Trabalhadora – CISTT. Coordenação: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agrucultoras Familiares – CONTRAF. 1ª Coordenação Adjunta: ASBRAN. 2ª Coordenação Adjunta: Central Única dos Trabalhadores – CUT. **15)** Saúde Mental – CISM. Coordenação: Conselho Federal de Psicologia. Coordenação Adjunta: Movimento Nacional População de Rua – MNPR. **16)** Saúde Indígena – CISI. Coordenação: ARPIN-SUL. Coordenação Adjunta: segmento gestor/prestador. **17)** Saúde Suplementar – CISS. Coordenação: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Coordenação Adjunta: CEBES. **18)** Vigilância em Saúde – CIVS. Coordenação: Pastoral da Saúde Nacional. 1ª Coordenação Adjunta: Conselho Federal de Medicina Veterinária. 2ª Coordenação Adjunta: Serviço Pastoral dos Migrantes. A definição da composição das comissões será feita na próxima reunião do

CNS.

ITEM 12 – ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - Documentos editados *ad referendum*. Composição das comissões intersetoriais do CNS, triênio 2022-2025. Comissões Intersetoriais, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas.

Coordenação e apresentação: conselheira **Maria da Conceição Silva**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, da Mesa Diretora do CNS

1) Documentos editados *ad referendum* – Os documentos foram enviados com antecedência aos conselheiros e não houve destaques.

a) Recomendação nº 014, de 7 de junho de 2022. Recomenda a manutenção do entendimento do rol exemplificativo da ANS e a sustação dos efeitos do Art. 2º da Resolução Normativa nº 465/2021 e da Resolução Normativa 470/2021 da ANS.

Deliberação: a Recomendação nº 014/2022 foi aprovada por maioria. Uma abstenção com declaração de voto.

b) Recomendação nº 015, de 13 de junho de 2022. Recomenda a adoção de posicionamento oficial do Ministério da Saúde quanto à realização da 5ª CNSM.

Deliberação: a Recomendação nº 015/2022 foi aprovada por maioria. Duas abstenções.

c) Resolução nº 675, 23 de maio de 2022. Dispõe sobre a criação da Câmara Técnica para Acompanhamento da Covid-19.

Deliberação: a Resolução nº 675/2022 foi aprovada por unanimidade.

d) Resolução nº 676, 31 de maio de 2022. Dispõe sobre as regras para a realização de Conferências Livres para a Etapa Nacional da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental.

Deliberação: a Resolução nº 676/2022 foi aprovada por unanimidade.

e) Resolução nº 677, de 13 de junho de 2022. Dispõe sobre a prorrogação da etapa estadual da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental.

Deliberação: a Resolução nº 677 foi aprovada por unanimidade.

f) Moção de Repúdio nº 008, de 10 de junho de 2022. Manifesta repúdio ao Projeto de Lei nº 18/2022, que trata da redução das alíquotas relativas ao ICMS, incidente sobre o óleo diesel combustível e o gás liquefeito de petróleo e outras medidas correlatas.

Deliberação: a moção de repúdio nº. 008/2022 foi aprovada por maioria, com três votos contrários e abstenções.

2) Documento produzido como resultado do debate do Item 6 da pauta “5ª Conferência Nacional de Saúde Mental – 5ª CNSM”.

Resolução. No documento, o CNS resolve adiar a etapa nacional da 5ª CNSM para o mês de maio de 2023, uma vez que a ausência de garantia de recursos

financeiros do Ministério da Saúde para a realização da Etapa Nacional 5ª CNSM inviabiliza a sua realização na data anteriormente prevista.

Deliberação: a minuta de resolução foi aprovada por unanimidade.

3) Documento produzido como resultado do debate do Item 9 “Marco temporal no Superior Tribunal Federal - STF e a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

Recomendação – aprovação do mérito. Recomenda ao Supremo Tribunal Federal que rejeite integralmente a tese do marco temporal.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o mérito da recomendação com sugestões de acréscimos ao texto. A assessoria do CNS, com as contribuições dos conselheiros, finalizará a minuta. Além disso, será feito levantamento das iniciativas do CNS e suas comissões sobre o marco temporal, a fim de serem consideradas no texto.

4) Outros documentos produzidos

a) Recomendação. Recomenda a aplicação imediata da vacina contra a COVID-19 em toda população vacinável sem o escalonamento de critérios de prioridades.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por maioria, com sugestões de acréscimo ao texto. Uma abstenção com declaração de voto.

b) Recomendação. Recomenda orientações ao Ministério da Saúde e órgãos de controle, ações sobre a situação de desabastecimento de medicamentos no SUS.

Deliberação: a recomendação foi aprovada, por maioria, com sugestões de acréscimo ao texto. Uma abstenção com declaração de voto.

c) Recomendação. Recomenda ações sobre possíveis infrações éticas e disciplinares referente aos fatos relacionados à conduta da juíza Joana Ribeiro Zimmer e da promotora de Justiça Mirela Dutra Alberton, relativamente ao processo judicial que tramita na comarca de Tijucas/SC.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por maioria, com acréscimo, e uma abstenção.

d) Recomendação *ad referendum*. Recomenda, *ad referendum*, a revogação do Manual Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento da Secretaria de Atenção Primária à Saúde – Ministério da Saúde.

Deliberação: a recomendação foi aprovada por maioria, com acréscimos ao texto. Duas abstenções.

Comissões Intersetoriais

Composição das comissões intersetoriais do CNS, triênio 2022-2025 - Edital CNS nº 002/2022 sobre prazo recursal para as entidades não habilitadas para o processo de composição das Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde - 2022-2025. Documento foi aprovado e publicado *ad referendum*.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, o Edital CNS nº 002/2022.